

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 26/Out



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2869/2022 



A VOZ DOS VIGILANTES

ALAGOAS



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - OUTUBRO/22 - Edição nº 23

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257



SINDICATO PARTICIPA DE REUNIÃO NO MPT-AL PARA DISCUTIR ASSÉDIO MORAL NAS EMPRESAS

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, participou, na manhã desta segunda-feira (24), de uma reunião com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT-AL), Dr. Rafael Gazzaneo, juntamente com as centrais sindicais do Estado de Alagoas, onde foi discutida a situação de assédio eleitoral sofrida pelos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho.

Na ocasião, foi destacado que assédio eleitoral é tipificado em lei como crime, com pena que vai de até seis meses de detenção, mais multa. "O voto é secreto, pessoal e intransferível. O empregador não pode coagir ou ameaçar o funcionário para que vote ou deixe de votar em determinadas pessoas. Estamos de olho! Na luta por direitos, somos todos trabalhadores!", declarou o presidente.



**Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança,
Vigilância e Serviços Orgânicos de Segurança
do Estado do Piauí**

Fundado em 10/12/86

Registro Sindical sob Lei nº 7.102/83 – CNPJ/MF 07.471.774/0001-40

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL**

O SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - SINDVIGILANTES-PI, situado na Rua Climério Bento Gonçalves, n.º 931 - Bairro São Pedro, Teresina-PI, por seu presidente que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos os vigilantes associados e membros das categorias de trabalhadores empregados das Empresas de Segurança, Vigilância e Serviços Orgânicos de Segurança do Estado do Piauí; para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que será realizada no dia 27 de outubro de 2022 (quinta-feira) na sede desta entidade no endereço mencionado acima, às 18:30h em primeira convocação com 50% + 1 dos sócios ou às 19:00h em segunda e última convocação com qualquer número presente, para discussão e deliberação da seguinte "Ordem do Dia":

1. Discussão e aprovação da Minuta de Reivindicações, que será negociada entre os sindicatos laboral e patronal, que objetiva a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023;
2. Escolha da comissão de negociação;
3. Fica convocada Assembleia Geral, em caráter permanente, até a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho ou ajuizar Dissídio Coletivo, bem como deliberação de greve, caso seja necessária;
4. Assuntos gerais de interesse da categoria.

Teresina, 21 de outubro de 2022

ANDRÉ DE SOUSA LIMA
Presidente

RECEB
23/10/2022
W

Rua Climério Bento Gonçalves, nº 931 – Bairro São Pedro. Fone: (86) 3218-3354
e-mail: sindvigilantes@bol.com.br – CEP 64.019-400 – Teresina – Piauí

Digitalizado com CamScanner

Unidade de Negócios do Bradesco é assaltada



Uma Unidade de Negócios do Bradesco foi alvo de um assalto nesta quarta-feira 19.
O local não possui porta giratória e vigilante

O Uma Unidade de Negócios do Bradesco foi alvo de um assalto nesta quarta-feira 19. O local não possui porta giratória e vigilante.

O Sindicato esteve presente na unidade situada no Parque Edu Chaves nesta quinta-feira 20 para garantir seu fechamento e a dispensa dos funcionários, e está cobrando do banco para que todos recebam assistência psicológica e os atendimentos necessários.

“Conversamos com os bancários e participamos da reunião com o Viva Bem. Continuaremos acompanhando estes trabalhadores e todo o processo de atendimento psicológico. Orientamos a todos sobre a importância da abertura da Comunicação de Acidente de Trabalho [CAT], e colocamos nossa secretaria de Saúde à disposição dos trabalhadores”, relata o dirigente sindical e bancário do Bradesco Marcos Amaral, o Marquinhos.

A CAT é emitida para reconhecer um acidente de trabalho, de trajeto ou uma doença ocupacional. O documento é importante pois registra a doença adquirida durante o trabalho na empresa – como transtornos de ordens psicológicas causadas por um trauma decorrente de uma ação violenta, como um assalto.

Além disso, a CAT auxilia na perícia do INSS para o reconhecimento do benefício como acidente de trabalho (Espécie 91), o que vai garantir a estabilidade de 12 meses para o trabalhador, recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS.

Insegurança nas Unidades de Negócio do Bradesco

O Bradesco está transformando diversas agências em Unidades de Negócios, reduzindo custos com segurança e vigilância. Em 12 meses o banco fechou 242 agências e abriu 92 novas Unidades de Negócio. Por não possuir porta giratória e vigilante, este modelo se torna inseguro.

“A ausência de itens de segurança evidencia o descaso com a proteção e a vida dos bancários e clientes, colocando-os em risco em situações como esta. Este modelo de agência só piora o ambiente de trabalho. Para que situações como esta não voltem a se repetir, é fundamental que o Bradesco reveja este formato de unidade bancária e invista na segurança dos seus funcionários e clientes, o maior patrimônio do banco.”

Marcos Amaral, dirigente sindical e bancário do Bradesco

FONTE: SP BANCÁRIOS

STF decide que licença-maternidade começa somente após alta hospitalar terceirizados

Decisão, que tem efeito imediato para trabalhadoras formais, beneficia mães que têm bebês prematuros. Dados de 2019 mostram que Brasil teve 300 mil partos prematuros

FABIO POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade, em plenário virtual, que o início do período de licença maternidade e do salário maternidade deve começar quando houver a alta hospitalar da mãe ou do bebê recém-nascido, o que ocorrer por último. A medida beneficia milhares de mulheres que se desesperavam com o fim da licença, muitas vezes, antes de o bebê ter alta da UTI neonatal.

É justamente na “ida para casa, após a alta, que os bebês efetivamente demandarão o cuidado e atenção integral dos pais”, afirmou em seu voto o ministro Edson Fachin, relator da liminar concedida em abril deste ano e referendada pelo Plenário da Corte.

“A interpretação restritiva das normas reduz o período de convivência fora do ambiente hospitalar entre mães e recém-nascidos. Essa situação está em conflito com o direito social de proteção à maternidade e à infância e viola dispositivos constitucionais e tratados e convenções assinados pelo Brasil”, afirmou

Fachin sobre a licença começar logo após o nascimento da criança.

A decisão do pleno do STF, tomada na sexta-feira (21), foi resultado do julgamento do mérito de uma ação movida pelo Solidariedade (ADI 6327), cujo objetivo era garantir a proteção tanto da criança quanto da mãe.

O efeito da decisão é imediato e já está garantido a todas as mães trabalhadoras com contrato formal de trabalho (com carteira assinada) e considera que a alta da mãe ou do recém-nascido, em caso de nascimento prematuro, vale como o marco inicial da licença-maternidade e o salário-maternidade deve ser estendido pelo tempo de licença a ser acrescido.

No entanto, a medida é restrita aos casos mais graves que incluem as internações que ultrapassam duas semanas.

O ministro Fachin ainda levou em consideração dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que registraram 300 mil casos de nascimentos prematuros no ano de 2019 o que coloca o Brasil no 10º lugar do ranking mundial. Os dados apontam ainda que 11,7% dos partos acontecem antes das 37 mil semanas de gestação.

Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A ADI 6327, movida pelo Solidariedade questionava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que não previa a extensão da licença em razão da necessidade de internações mais longas. A ação teve o objetivo de suprir essa ‘omissão legislativa’.

FONTE: Escrito por: Redação CUT

Governo Bolsonaro quer acabar com dedução de IR na saúde e na educação

Proposta de acabar com as deduções no IR dos planos de saúde e escolas privadas vai aumentar filas no SUS e busca por educação pública. Cortes no orçamento dessas pastas provocará o caos, avalia economista



Depois de atacar os mais pobres com o plano de praticamente congelar o salário mínimo, o governo de Jair Bolsonaro (PL) mira sua perversidade na direção da classe média brasileira.

A proposta da dupla Bolsonaro/Paulo Guedes, ministro da Economia, é acabar com as deduções no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de gastos feitos com planos de saúde e escolas privadas, que a classe média é obrigada a pagar. A proposta elaborada pelos técnicos do ministério da Economia renderia R\$

30 bilhões aos cofres públicos, revelou o jornal Estadão, que teve acesso ao texto da proposta.

Caso essa medida seja aprovada, o caos se instalará no Sistema Único de Saúde (SUS), provocando aumento nas filas e piora da qualidade do atendimento, em função da demanda maior, já que, com renda reduzida, já que deverá pagar mais imposto, parte da classe média terá de recorrer ao serviço gratuito.

“Se ele [o governo Bolsonaro] investisse em educação e saúde públicas, essa medida até que seria bem-vinda, porque as deduções são

uma forma do governo compensar a classe média por seus gastos extras. Ocorre que o governo vai tirar esse benefício da classe média e não vai usar os recursos extraídos dali para investir em educação e saúde universais. Então, vai ficar ruim para todos”, diz a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil.

Esse governo odeia os pobres e agora mostra que também odeia a classe média- Denise Gentil

Em abril deste ano, eram 49,4 milhões de brasileiros com um plano de saúde, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão responsável por fiscalizar e regular os planos de saúde. Outra pesquisa no mesmo mês do PoderData a pedido da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), mostrou que 73% dos usuários dos convênios afirmaram gastar pelo menos 30% de sua renda mensal para despesas com saúde.

Por outro lado, a educação também deverá sofrer graves consequências com aumento na procura por escolas e creches da rede pública de ensino. Dados do Censo Escolar de 2021 mostram que historicamente mais de 80% das matrículas são da rede pública.

“Vai haver uma piora tanto nos serviços públicos como os da rede privada, porque uma demanda menor por serviços privados de educação e saúde significa menores lucros para os grandes conglomerados da saúde que se utilizam dos recursos que a classe média paga pelos seus serviços. Sem esses recursos, vai piorar a qualidade dos seus atendimentos. O mesmo vai ocorrer na educação. Perde todo mundo, os pobres e a classe média que terão de disputar as vagas públicas na saúde e na educação”, analisa Denise Gentil.

O maior problema, segundo a economista, é

que o governo federal tem cortado as verbas da saúde e da educação. E os R\$ 30 bilhões que quer economizar para ajudar a pagar o Auxílio Brasil, vai ser muito pouco em relação ao aumento de verbas necessárias para melhorar o SUS e a educação, com o aumento da busca por esses serviços por parte da classe média.

A classe média vai ter de frequentar os serviços públicos de péssima qualidade que o governo Bolsonaro oferece. O SUS está sucateado, a educação está sucateada- Denise Gentil

Segundo a economista, para acabar com a isenção dos planos de saúde e do ensino privado, além de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados, teria de haver outros estímulos como desonerar os preços dos alimentos da cesta básica e dos medicamentos.

“O Guedes adota uma péssima política econômica, já diminuiu a renda disponível, com empregos de baixa qualidade e remuneração. Quem recebe o auxílio não vai pagar por serviços privados. É o pior dos mundos. Ele vai fazer a vida da classe média um inferno”, afirma a professora Denise Gentil.

Não adianta desmentir

Diante da repercussão há cinco dias da eleição do segundo turno da disputa presidencial, Guedes desmentiu a informação, alegando que era um estudo corriqueiro do ministério da Economia. Ele, no entanto, já defendeu publicamente essa proposta em outras duas ocasiões, revelou o Estadão.

“Você hoje bota uma alíquota de 27,5% e depois deixa o cara deduzir, fica todo mundo juntando em casa papelzinho de dentista, papelzinho de médico. Isso além de ser regressivo, porque o pobre vai na assistência social depois não recebe refunding (reembolso) nenhum. Então é regressivo, é ineficiente. Melhor tira todas as deduções, abaixa um pouquinho a alíquota, é muito mais simples, não é?”, disse o ministro em 2019.

Antes, no Congresso, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Guedes também já tinha defendido a medida. “É um tema caro para a classe média, que gasta com saúde e educação de seus filhos. Os mais pobres, que são milhões e milhões, gastam 100 (bilhões de reais com o SUS) e você deixa para os mais favorecidos levarem R\$ 20 bilhões. Claro que há algo errado aí. Claro que tem que se olhar isso”.

O que diz a lei

A lei hoje não estabelece nenhum teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda. O limite para a dedução existe só no caso dos gastos com educação – é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente.

FONTE: Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz

Plano do governo Bolsonaro de congelar salário mínimo afeta 72 milhões de pessoas

**BOLSONARO
QUER CONGELAR
SALÁRIOS E
APOSENTADORIAS
EM 2023** 

Cerca de 72 milhões de brasileiros serão prejudicados se o governo de Jair Bolsonaro (PL), em caso de reeleição, mudar a forma de correção do salário mínimo, praticamente

congelando o valor.

O salário mínimo é pago a milhares de trabalhadores da ativa, formais e informais, uma parcela significativa de quem recebe o

seguro-desemprego, além de aposentados, pensionistas e beneficiários de políticas sociais, como a Previdência Social urbana e a rural, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um direito de idosos e pessoas com deficiência pobres.

O alerta sobre os milhões de brasileiros que serão lesados é do professor Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho e foi feito ao colunista Leonardo Sakamoto, do UOL.

É mais um ataque aos brasileiros mais pobres, que vêm perdendo poder de compra desde que Bolsonaro acabou com a Política de Valorização do Salário Mínimo, criada nos governos de Lula e Dilma.

Cálculo feito pela economista Carla Beni, da FGV, aponta que se o salário mínimo, que hoje é de R\$ 1.212, tivesse sido corrigido pela inflação medida pelo INPC de maio de 2004 até janeiro de 2022, o valor hoje seria de R\$ 699. Ou seja, sem a política de valorização, o valor do salário mínimo hoje mais baixo do que o valor da cesta básica calculada pelo Dieese nas capitais. Em Setembro, a cesta custava R\$ 750,74 em São Paulo, R\$ 746,55 em Florianópolis, R\$ 743,94 em Porto Alegre, e R\$ 714,14 no Rio de Janeiro.

O plano para mudar a correção do salário mínimo está em estudo no Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes que, depois do estrago eleitoral, tentou negar a

intenção sem muito êxito.

Segundo Sakamoto, o plano do governo é gerar caixa a fim de cumprir promessas eleitorais de Jair Bolsonaro, como garantir Auxílio Brasil de R\$ 600 e o 13º do benefício às mulheres.

“Diante da polêmica que se formou e do risco de perda de votos, Bolsonaro fez uma live com seu ministro da Economia, em que prometeram aumentar o salário mínimo acima da inflação – o que não fizeram desde que ele assumiu o governo em 2019”, diz o colunista.

É uma outra reforma da Previdência, diz o professor

“Seria uma forma esperta de fazer uma nova Reforma da Previdência de grandes dimensões sem os mesmos debates e tramites parlamentares da última reforma. Espertamente excludente. Porque, em 10, 20 anos, levaria a uma redução expressiva de gastos com as aposentadorias urbanas e rurais e o BPC”, disse Fagnani ao colunista.

Uma das principais conquistas da Constituição Federal de 1988, segundo o economista, foi atrelar os benefícios ao salário mínimo uma vez que os trabalhadores da ativa têm maior capacidade de pressão para aumentar o seu valor. Dessa forma, os inativos, pensionistas e famílias mais vulneráveis também são protegidos.

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF